

COMISSÃO DE DEFESA DO POVO NAMBIQUARA



1. REIVINDICAÇÕES:

- desvio da variante da BR-364 visto que o atual traçado corta o território Nambiquara, ferindo os dispositivos constitucionais e a Lei 6001 - Estatuto do Índio;
- criação de uma reserva contínua com extensão suficiente para garantir a integridade física e cultural dos Nambiquara do Vale do Guaporé;
- criação da Reserva Mamaendê para os Nambiquara do Norte;
- definição da área do Sararé;
- cumprimento das obrigações tutelares, estabelecidas legalmente, por parte da agência oficial encarregada dos assuntos indígenas - Funai - para com o povo Nambiquara;

2. CRIAÇÃO DA COMISSÃO:

- maio de 1980;

3. ENTIDADES PARTICIPANTES:

- Associação Brasileira de Antropologia - ABA (Nacional e regionais de São Paulo e Distrito Federal);
- Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo;
- Associação Nacional de Apoio ao Índio - Anai-DF;
- Centro de Documentação e Pesquisas Indígenas - CEDOPI;
- Centro de Trabalho Indigenista - CTI;
- Comissão Pró-Índio de São Paulo;
- Comissão Pró-Parque Yanomami - CCPY;
- Conselho Indigenista Missionário - CIMI;
- Instituto Goiano de Pré-História e Arqueologia;

- Movimento de Defesa da Amazônia - MDA-DF;
- Operação Anchieta - OPAN
- Sociedade Brasileira de Indigenistas - SBI
- Universidade Católica de Goiás

4. ATUAÇÃO: (até a presente data):

- carta ao presidente do Banco Mundial encaminhando o Dossiê Nambiquara e pedindo providências diante da gravidade da situação;
- Dossiê Nambiquara, composto de vasta documentação, comprovando tanto a ineficiência do órgão tutelar - Funai - quanto o desastre que a variante da BR-364 acarretará ao povo Nambiquara (enviado ao Banco Mundial, Conselho Mundial de Igrejas, Instituto Indigenista Interamericano, International Survival, Cultural Survival, Oxfam e Levy-Strauss);
- apoio à iniciativa do Centro de Trabalho Indigenista - CTI - na publicação do livreto "Mão Branca Contra o Povo Cinza - Vamos Matar Esse Índio?" sobre a situação Nambiquara;
- apresentação do caso Nambiquara durante as reuniões anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC - e da Associação Brasileira de Antropologia - ABA;
- publicação de cartaz sobre a questão Nambiquara, numa tentativa de alertar a opinião pública sobre o genocídio que ameaça o povo Nambiquara e auxiliar a manutenção da campanha;
- subsídios à imprensa nacional e internacional e a parlamentares ligados à questão indígena, tentando esclarecer a sociedade sobre a crítica situação vivenciada pelos Nambiquara;
- Folheto Nambiquara para divulgação em apoio à causa (no prelo).

5. MANIFESTAÇÕES DE APOIO:

- Congresso Nacional (vários parlamentares);
- International Survival (Reino Unido);
- Oxfam (Reino Unido);
- Royal Geographical Society (Reino Unidos);
- Fundacion Comunidades Colombianas - FUNCOL (Colombia).

6. QUEM SÃO OS NAMBIQUARA?

- população: início do século.....10.000 índios
atualmente..... 570 índios
- território tradicional: noroeste do atual Estado do Mato Grosso e sul do atual Território Federal de Rondônia;
- situação de contato: uma grande parte dos grupos em contato permanente e uns poucos grupos em contato intermitente;
- propostas de criação de áreas reservadas:

- 1968 - assinatura do Decreto 53.369 criando a reserva dos Nambiquara do Campo, baseada em informações incorretas, que deixou 90% da população fora da área;
- 1973 - novo decreto (nº 73.221) ampliando a reserva, numa tentativa de trazer os Nambiquara do Vale do Guaporé para o campo;
- 1974 - interdição de uma área no Vale do Guaporé pelo Decreto 74.515 entre os rios Galera e Sararé, em nova tentativa fracassada de transferência. Hoje, a área foi em sua maior parte liberada pela Funai a agropecuárias, encontrando-se cortada por uma estrada e invadida por madeireiros;
- 1976 - elaboração de seis propostas alternativas para os diversos grupos da mata, tendo a Funai se decidido por pequenas "ilhas" apontadas no estudo. A alternativa escolhida se revelou inviável por desrespeitar a cultura Nambiquara e facilitar invasões;
- 1977 - Decreto 79.095 liberando a maior parte da Área Interditada do Sararé;
- 1978 - reavaliação de todo o trabalho e eleição da área Negarotê;
- 1979 - proposta de área contínua para os índios do Vale do Guaporé, para Mamaendê e definição da Área Interditada do Sararé (sub-judice), não aceitos pela Funai;
- 1980 - construção da variante da BR-364 cortando toda a área Nambiquara do Vale do Guaporé e reavaliação dos trabalhos, os quais não foram concluídos em virtude da demissão da antropóloga que presidia o Grupo de Trabalho.

COMISSÃO DE DEFESA DO POVO NAMBIQUARA

Brasília, agosto de 1980

CDPN

Postal 10-2392

BRASÍLIA - DF

70.000



UMA ESTRADA NO GUAPORÉ AMEAÇA A NAÇÃO NAMBIQUARA

Menélia Moreira

A mudança no traçado da BR-364, estrada que liga Cuiabá a Porto Velho, ameaça mais uma vez a nação nambiquara, grupo que vive no Vale do rio Guaporé, entre o Estado de Mato Grosso e Território de Rondônia. Esta denúncia foi feita pela Comissão Pró-Índio de Mato Grosso. A comissão acusa ainda as grandes empresas agropecuárias instaladas na região de pressionarem o Ministério dos Transportes para que altere o traçado.

Originalmente esta estrada atravessa a Chapadã dos Parecis. Com a alteração, ela entra pelo vale do Guaporé atingindo pelo menos cinco subgrupos nambiquara: sararé, wasusu, alantesu, waiksu e alakatesu, sendo que a área dos waiksu será completamente invadida.

Além deste grave problema que poderá implicar em mais uma transferência de alguns grupos nambiquara, os índios estão sofrendo também uma série de ameaças de morte dos fazendeiros Mário Marimoto, deputado federal pelo PDS SP e De Lucca. Estas perseguições são orientadas contra os índios mamaendê — outro subgrupo nambiquara — e ao chefe do posto indígena. Entre as diferentes formas de ameaça já colocadas em prática, encontra-se a destruição das malocas dos índios Fifano, do capitão Pedro, José e Luis. Capatazes dos fazendeiros atearam fogo contra as malocas, "colocando em total insegurança a família mamaendê", diz a comissão pró-índio.

Esta situação de pré-conflito entre mamaendê e brancos decorre de transferências anteriores sofridas pela nação nambiquara que desde o início da década de 70 vem sendo removida de seu habitat tradicional e em suas terras 22 empresas agropecuárias foram instaladas.

Para garantir a sobrevivência dos nambiquara, a Funai já recebeu diferentes propostas de reserva, entre elas as dos antropólogos David Price, que por muitos anos estudou este grupo e do antropólogo Noraldino Cruvinel, funcionário da Funai. A proposta mais recente encomendada pelo órgão tutor é da antropóloga Ana Maria Lange. Em todos os relatórios e levantamentos feitos sobre os nambiquara, há uma constante: a área para a qual eles foram transferidos a partir da década de 70 não satisfaz as necessidades básicas dos índios, uma vez que são sempre áreas pobres, sem condições de plantio. As transferências foram feitas a partir de certidões negativas expedidas pela Funai entre 1968,

com o presidente Queiróz Campos até 1976, pelo presidente Ismarth de Araújo, que expediu certidão negativa para o fazendeiro Helió Pereira de Moraes, que realizou desmatamentos nas áreas tradicionais dos nambiquara, como atestam documentos da própria Funai.

O grupo indígena nambiquara é composto por uma série de subgrupos que falam dialetos do mesmo tronco linguístico, que se divide em pelo menos três línguas, mas compreensíveis entre elas. Todos os grupos desta nação contam com a mesma organização político-social, mantendo relações entre si. Entre estes grupos encontra-se: no vale do Guaporé — sararé, wasusu, alantesu, waiksu, hahaintesu, nantesu; na Serra dos Parecis: sawantesu, halotesu, wakalitesu, kithawliu; na Serra do Norte: niyalhosu, siwayhsu e hinkatesu; nambiquara do norte: mamaindê, nekarettu, tawante e yalankutá. Há ainda os saba né e massaca.

No momento a população total dos nambiquara é de 628 indivíduos, mas no início do século, segundo os historiadores, a nação contava com aproximadamente dez mil índios. Os sararé, por exemplo, estão reduzidos a 39 sobreviventes e sob ameaça de extermínio total caso a variante da BR-364 seja construída dentro de suas terras.

Na época do contato os nambiquara ocupavam terras que se estendem desde o Vale do Juruena ao Vale do Guaporé e desde o rio da Comemoração, afluente do Ji-Paraná ao rio Verde, afluente do Juruena. Esta ocupação corresponde a uma área muito maior do que o atual território destinado aos nambiquara, pois no momento, diante da expansão da sociedade nacional, estes índios se refugiaram em áreas do Vale do Guaporé e nos cerrados que se estendem ao norte da BR-364 em 11 aldeias, espalhadas por cinco milhões de hectares.

Há aproximadamente 60 anos o marechal Rondon manteve os primeiros contatos com este grupo, durante os trabalhos da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas Mato Grosso — Amazonas. Outros grupos, como os da aldeia Serra Azul, somente foram contactados quando da exploração da seringa, na época da II Guerra Mundial.

Fotos os contatos mantidos pelos nambiquara com exceção de realizado com a Comissão Rondon, foram sempre desordenados e desrespeitando os costumes e tradições do grupo. Antes de

Rondon eles conheceram os escravos do quilombo Aldeia Cariota, no século XVIII, que raptavam as índias para serem suas mulheres. Em seguida chegaram os poiaeiros (extratores de ipecacuanha), seringueiros, e nos últimos dez anos, os peões que constroem as estradas e os peões das fazendas que ocupam a terra nambiquara.

Na época da exploração da borracha, um convênio entre o extinto Serviço de Proteção aos Índios e a Rubber Development Corporation obrigou estes índios a extrairém a seringa num regime de escravidão, pois não há qualquer informação sobre os salários que deveriam ser pagos a estes índios.

A situação de semi-escravidão permanece até hoje no Posto Indígena Nambiquara (antigo PI Pirineus de Souza) porque atualmente eles trabalham num seringal denominado "seringal do Faustino", ou em algumas fazendas que lá estão instaladas.

Mas o declínio da nação nambiquara começou a se acelerar a partir de 1968 quando, no dia oito de outubro de 1968 o então presidente da Funai, Queiróz Campos, assina o Decreto 63.368 criando a

Reserva Indígena Nambiquara, que planejada com informações tão inadequadas, diz o antropólogo David Price, "que chega a mencionar acidentes geográficos não existentes". Esta reserva destinada aos nambiquara é composta "das piores terras de toda a área tradicionalmente ocupada pelos índios e engloba apenas duas de suas aldeias".

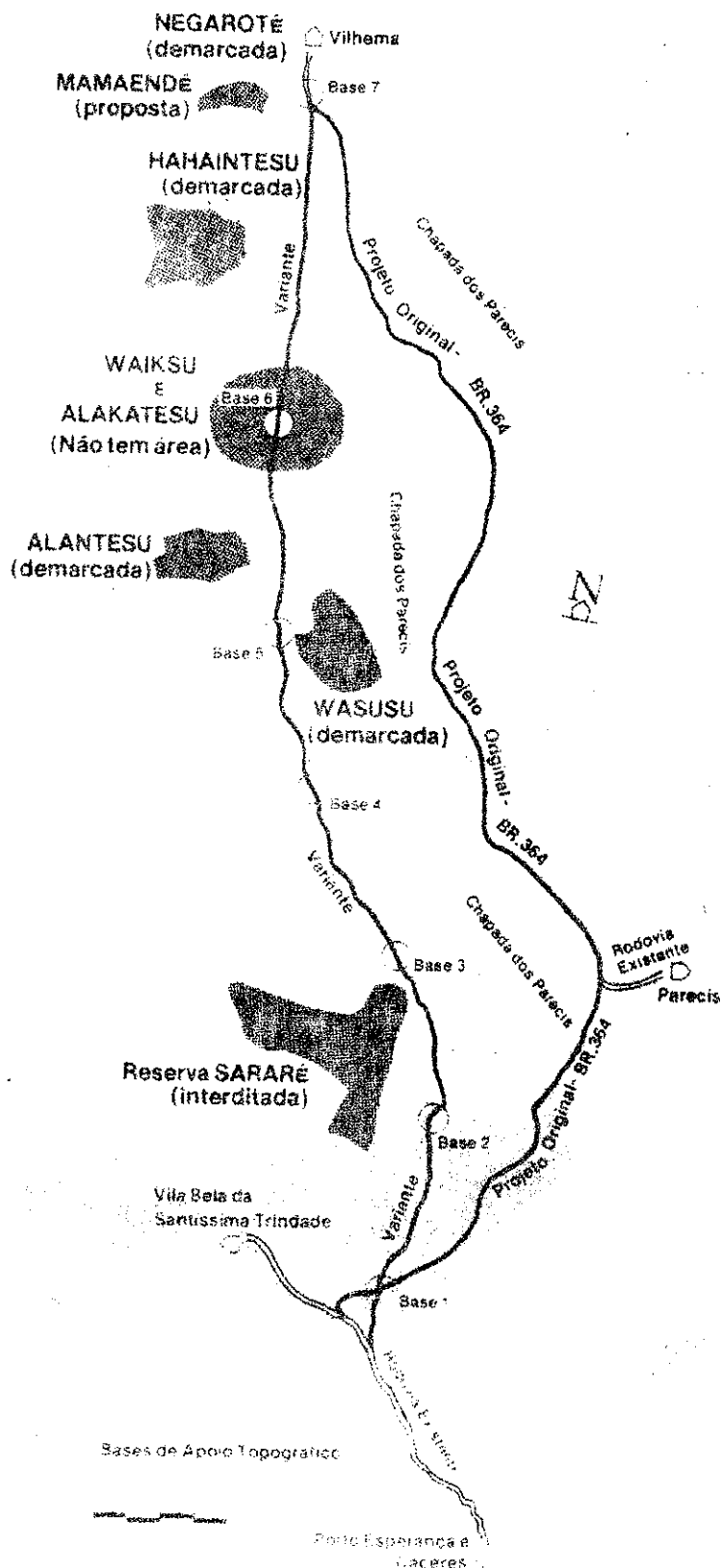
O escândalo da criação desta reserva foi tão grande e tão evidente que o substituto de Queiróz Campos, o general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello chegou mesmo a afirmar, durante uma entrevista, que "a terra é tão ruim que lá não nasce nem minhoca".

A demarcação originou uma reserva absurda, englobando pouco mais de dez por cento da população nambiquara, a maior parte do grupo indígena permanecia no Vale do Guaporé, já naquela época completamente invadido pelas empresas agropecuárias que haviam recebido certidão negativa da Funai. Os desmatamentos realizados por estas empresas, atesta David Price, "afugentaram a caça, alimentação básica daqueles índios, e os privaram da coleta do mel e frutos silvestres, levando-os a tal situação de subnutrição e miséria que se levava a temer pela extinção completa daqueles grupos".



Eles ainda não tiveram tempo de entender quem são os brancos, e agora vão sofrer mais uma agressão: uma estrada de 400 quilômetros (a variante da BR-364, Cuiabá-Porto Velho) está entrando em seu território.

Contra esta estrada os argumentos racionais de respeito à cultura indígena esbarram nos interesses de algumas das 22 empresas agropecuárias instaladas na terra da nação nambiquara. Muitos deles ainda não têm reserva demarcada e podem entrar na lista dos grupos em extermínio. A BR-364, como a Transamazônica, a BR-174, a Perimetral Norte, é mais uma estrada que ameaça um grupo que até o começo do século contava com 10 mil indivíduos e hoje são apenas 628.



No desmatamento os fazendeiros usaram agentes desfolhantes como por exemplo o Tordon (da Dow) que nas explicações contidas na lata alertam: "Sendo o Tordon e o 2,4 D herbicidas de alta eficiência, quantidades mínimas podem causar danos muito sérios em espécies suscetíveis... O herbicida não deve entrar em contato com água usada para irrigação, água potável ou usada para fins domésticos. Não deve ser armazenado perto de alimentos, rações, fertilizantes, sementes, inseticidas..."

A desnutrição, o desânimo e a mendicância foram os primeiros resultados provocados pela perda da terra em benefício das agropecuárias. Com isso, a Funai fez nova tentativa de achar uma solução para estes índios, promovendo uma ampliação da reserva. Em 1973 foi assinado o decreto ampliando a reserva e simultaneamente a Funai tentaria convencer os índios, que insistiam em permanecer no seu Habitat natural (o Vale do Guaporé) para ficarem dentro da reserva.

As tentativas de transferência fracassaram, pois um ano depois quando se pensava que eles haviam aceito a transferência, dois grupos (wasusu e alantesu) retornaram ao local de origem, depois que descobriram que as terras da reserva não eram adequadas para suas atividades agrícolas: cultivo de milho, mandioca, alimentos básicos da dieta nambiquara.

Ao tomar conhecimento da resistência deste grupo indígena, a Funai decidiu interditar uma área e para lá transportou dois pequenos grupos, os hahaintesu e wasu. Pouco depois os indivíduos destes grupos abandonaram a área interdita, reclamando que não havia areia fina, considerada pelos nambiquara como ideal para dormir. Além disso se queixavam do excesso de pedra existente.

Qualquer tentativa por parte da Funai de transferir os nambiquara para a área interdita, ao sul de Rondônia, fracassou. Em dezembro de 1974 um grupo waiksu foi mudado para o Sararé. Este grupo permaneceu alguns meses no Sararé e depois foram levados para Vila Bela, por se encontrarem doentes. No princípio de 1976 este grupo começa o caminho de volta, e por seus próprios meios regressam às terras tradicionais.

Preocupada com o fato concreto apresentado pelos índios que mostravam não querer sair do Vale do Guaporé, a Funai contratou o professor Pedro Agostinho Neto, professor da Universidade Federal da Bahia para avaliar o projeto nambiquara. Em seguida promoveu uma reunião com diferentes antropólogos, muitos dos quais de renome internacional (entre eles David Price e Kenneth Taylor), que chegaram à seguinte conclusão: deveria ser paralisada a expansão das fazendas, através de contestação jurídica de posse por parte dos donos de terra que, tradicionalmente pertencem aos índios; e lutar pela defesa da área interdita, a fim de possibilitar a transferência dos índios, possibilitando-lhes viver num território contínuo.

Embora tenha tido o cuidado com todos os problemas envolvendo os nambiquaras a Funai não atingiu seus objetivos no sentido de defender as propostas em virtude das pressões políticas e econômicas dos invasores do Vale do Guaporé. A área interdita foi posta sub iudice e os fazendeiros, para tes-

temunhar inocência no caso, apresentaram as criminosas certidões negativas expedidas pela Funai durante mais de oito anos.

A incapacidade, tanto de sustentar a área interdita, efetivando a mudança dos índios, como ocupar a área, acarretou ao grupo manairusu uma triste situação de miséria, pior ainda do que antes da interdição.

Como os Yanomami, os Nambiquara ocupam parte dos arquivos da Funai, dada a quantidade de propostas para solucionar seus problemas. As propostas variam desde a defesa completa do território-guardando as devidas proporções, pois antes dos brancos eles percorriam livremente quase 50 milhões de hectares até propostas «inviáveis», que foram pedidos ao antropólogo Noraldino Cruvinel, pela presidência da Funai em 1976.

O argumento usado pela Funai para que o antropólogo apresentasse propostas «viáveis» e «inviáveis» foi o seguinte: as alternativas viáveis possibilitariam a demarcação e as inviáveis convenceriam os fazendeiros de suas inadequações. O antropólogo apresentou as propostas e foi escolhida a proposta numa escala de 6 a zero de mais para menos: a quinta «viável».

Esta alternativa traduzia-se pelas seguintes vantagens: área suficiente para instalação de todas as aldeias, sendo que sete delas encontram-se já instaladas a fazer parte do território tradicional. Além disso esta proposta englobava terras férteis, propícias à agricultura e com ela diminuiriam os perigos de atrito com os peões das fazendas. As vantagens desta proposta são:

mudança de três aldeias, dificuldade de assistência por parte da Funai devido à falta de acesso, dificuldade de contato entre as aldeias, porque entre elas haveria as fazendas, e dificuldade para o controle da poluição das fontes de água, atingidas pelos agentes desfolhantes usados pelos fazendeiros.

Esta proposta, como as demais, não foi aceita e em 1978 novo grupo de trabalho é enviado à área para eleger um território para os grupos nambiquara. O grupo apresentou uma proposta que não atendia aos interesses dos índios pois não garantia a sobrevivência cultural, e, mesmo consciente desta limitação, a sugestão foi acolhida, porque seria uma das últimas alternativas contra a expansão das empresas agropecuárias. Em dezembro de 1978 deu-se início ao processo demarcatório que atenderia aos grupos alantesu, hahaintesu, negaroté e wasusu.

A área destinada aos hahaintesu teve seus limites alterados por pressão dos grupos econômicos: Confap, Conguape e Cofap. Em vez de terem 240 mil hectares, os hahaintesu perderam cinco mil, e sua reserva, como a dos demais grupos, foi diminuída pela imposição dos fazendeiros.

Nesta proposta os grupos alakatesu e waiksu não receberam um hectare sequer e o território destes índios foi invadido e ocupado sistematicamente. Muitas das empresas invasoras apresentaram as famosas certidões negativas da Funai. Uma destas certidões, concedida em 1974, e que não foi aceita pelos técnicos consultados recebeu deferimento da Funai com base num parecer da secretaria da Presidência.

O dono desta fazenda, Hélio Pereira de Moraes que tem 400 peões a seu serviço, derrubou a mata nas proximidades de uma aldeia empurrando os índios para um pequeno pedaço de terra onde não há condições de roça. Este não é o único problema enfrentado pelos índios. Há ainda ameaças de morte contra o índio Maurício, além do espancamento sofrido por Joaquinho.

A última proposta recebida pela Funai e que parece minorar os grandes males impostos aos nambiquara prevê a demarcação de 60 mil hectares para o grupo mamaendé, bem ao norte do Vale do Guaporé, 22.400 para os hahaintesu, dez mil para os alantesu, 12 mil para os wasusu. Desta proposta, algumas áreas já foram demarcadas, faltando apenas terras para os waiksu e alakatesu. A área total é de aproximadamente 150 mil hectares e antes de qualquer decisão da Funai, a área já se encontra ameaçada pela variante da BR-364 que vai cortar 400 quilômetros de território indígena.

Embora o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga tenha aceito, ela já começa a correr perigo, não apenas pelo corte da estrada como também pelas pressões dos fazendeiros. Vale lembrar que apesar do orçamento da Funai ter apresentado um índice de crescimento de cerca de 500%, os recursos são insuficientes para pagar as indenizações de apenas uma das empresas, como a Zill-Lorenzetti.

A pressão dos grupos econômicos sobre as áreas indígenas, tanto de Mato Grosso como de Rondônia, provocaram o afastamento do ex-presidente Adhemar Ribeiro da Silva. Estas pressões crescem a cada dia mais, traduzindo-se em declarações de secretários de Estado e deputados federais que acusaram a Funai de querer transformar Mato Grosso (ou Rondônia) em um feudo, quando na verdade, se a Funai cumprisse o programa de demarcação necessário à sobrevivência das nações indígenas brasileiras (ela estaria, apenas, executando a política de defesa dos seus tutelados, função para a qual foi criada). Feudo, são as extensas áreas pertencentes a um só proprietário ou a um pequeno grupo, como existe no Vale do Guaporé, e não os pequenos limites de 150 mil hectares que podem salvar os últimos sobreviventes de uma nação.

A construção desta variante não apenas afeta o território físico dos índios como também ameaça alguns dos mitos dos nambiquara, que conferem às cavernas existentes na área, o significado de «morada sagrada dos espíritos». Estas cavernas serão destruídas para servirem de pavimentação asfáltica. No mito nambiquara, uma caverna que pode ser transformada em veruagué, que os brancos descobriram nosso mundo espiritual, o mundo acabará». Um fim do mundo que pode acontecer dentro de pouco tempo, pois este grupo não suportará mais transferências, doenças, espancamentos e razzias contra suas aldeias.



A rodovia BR-364 que vai de Cuiabá a Porto Velho, corta o território dos nambiquaras em cerca de 190 quilômetros

ONU não recebe comissão de apoio aos nambiquaras

Com o argumento de que a Organização das Nações Unidas não mantém no Brasil seu departamento de direitos humanos, apenas o departamento de desenvolvimento (PNUD), o representante da ONU em Brasília, Luiz Ramirez Boettner não recebeu ontem a comissão de apoio aos índios nambiquaras. Apenas Dom Tomás Balduino pôde entrar na sede da organização. Esta comissão foi integrada por Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás, deputados Modesto da Silveira, Odacir Klein e Osvaldo Macedo, todos do PMDB, representante da Associação Brasileira de Antropologia, Conselho Indigenista Missionário, Associação Nacional de Apoio ao Índio e outras entidades.

A comissão desejava encaminhar, através da ONU, um dossiê completo sobre a situação dos nambiquaras ao Banco Mundial que vai financiar parte do asfaltamento da BR-364, estrada que liga Cuiabá a Porto Velho cortando o território nambiquara em 190 quilômetros. Segundo Boettner a ONU não representa o Banco Mundial e por essa razão não pode ser portadora da carta. Antes da comissão se dirigir a sede da Organização em Brasília a primeira informação dada foi a de que o Bird era representado pela ONU através de Ricardo Tichaner, funcionário da organização.

Diante deste impedimento a comissão de apoio aos índios nambiquaras enviará o dossiê ao Banco Mundial no Rio de Janeiro, à sede em Washington e à Organização das Nações Unidas em New York. O dossiê está acompanhado de uma carta ao presidente do Bird, Robert McHamara.

CARTA

Na carta, assinada por 15 entidades, inclusive pela Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo e Universidade Católica de Goiás, a comissão informa ao presidente do Bird que houve uma mudança no traçado inicial da estrada. Ela deveria seguir pela Chapada dos Parecis e agora vai cortar o vale do Guaporé. É "caso se concretize esta alteração no traçado ficará caracterizado um ato consciente e programado de genocídio".

A seguir o documento enumera alguns fatores que contribuíram para o processo de extermínio do grupo indígena: expedição de certidões negativas (documentos que negam a existência de índios em determinado local), que autorizaram empresas particulares a se beneficiarem de incentivos fiscais do Governo para implantarem seus projetos agropecuários; venda ilegal de terras por parte do Governo de Mato Grosso; sucessivas transferências dos grupos indígenas para afastá-los das terras férteis; dilapidação dos bens naturais do povo nambiquara através de projetos agropecuários financiados pelo Governo brasileiro, que se utilizam tanto de métodos tradicionais quanto de desfolhantes químicos.

Há ainda denúncias contra a Funai por ter agido com descaso e ineficiência pelas medidas mínimas de proteção à saúde, postergação internacional das providências que objetivam a demarcação do território nambiquara cedendo à pressão dos fazendeiros.

EXTERMINIO

Depois da recusa do representante da ONU em receber a comissão, o bispo de Goiás afirmou que neste novo traçado tem consequências genocidas, levando-se em conta que os índios não têm áreas demarcadas.

Os nambiquaras, que no começo do século formavam uma nação de dez mil pessoas hoje estão reduzidos a 628 índios que perambulam pelas 22 empresas agropecuárias instaladas em território indígena. Estas empresas foram para a área a partir de 1972 quando o então presidente da Funai, general Oscar Jerônimo Bandeira de Mello, forneceu certidões negativas a empresas agropecuárias do sul do país, política continuada por seu sucessor, general Ismarth de Araújo. Uma das empresas lá instaladas pertencem ao deputado Mário Morimoto (PDS SP) cuja fazenda fica nas proximidades da aldeia dos mamaendé, sub-grupo nambiquara.

A mudança da estrada, informa a carta dirigida ao presidente do Bird, atende aos interesses das grandes empresas e não à sobrevivência dos índios.

Quatro "tuchauas" líderes Satere-Mawe que participaram de uma concentração de uma concentração de mais de 500 índios na região do Rio Mirau, no município de Maués, para discutirem a questão da construção pelo estado de uma estrada que cortará ao meio uma reserva já demarcada, irão à Delegacia Regional da Funai, na próxima semana, para levar fitas com gravações de oradores da tribo protestando contra o projeto.

Apesar de não ter atingido ainda a reserva indígena, a estrada, ligando maués a Itaituba, no Pará, já conta com 13 kms iniciados e apoio da suazata, que liberou, até o momento, dez milhões de...

Rodovia pode exterminar nambiquaras

Um dossiê com ilustração fotográfica e cartográfica denunciando "a alteração do traçado da rodovia BR-364", Cuiabá-Porto Velho, de forma que "deverá cortar o território do povo Nambiquara" que habitam o Vale do Guaporé, poré MT, o que "deverá levar seu extermínio, está sendo encaminhado ao presidente do Banco Mundial, em Washington, para efeito de sanções às autoridades brasileiras, de nível nacional, oito estaduais, uma internacional e indígenas. O Banco Mundial deverá financiar parte da construção da estrada com variante. Os signatários da denúncia tentaram encaminhá-la ontem, em Brasília, através da representação da Organização das Nações Unidas, o que não foi feito porque, segundo informado, "ela não representa o Banco", que não estaria a par da ameaça denunciada.

A comissão de apoio aos nambiquaras enviou ontem um telegrama ao presidente do Banco Mundial, Robert MacNamara afirmando que "a modificação do traçado da rodovia BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) levará ao genocídio do povo nambiquara". O telegrama é assinado por Dom Tomás Balduino, bispo de Goiás (GO), em nome das 16 entidades que se manifestaram contra a alteração do traçado desta estrada.

Informa ainda a comissão que o Banco Mundial, ao responsável pelo financiamento deste projeto, receberá o dossiê contendo todas as informações sobre a situação atual daquela nação indígena e as consequências que a estrada levará aos 628 índios que habitam o Vale do Guaporé.

A BR-364, que atualmente cruza a Chapada dos Parecís e que agora foi desviada para o Vale do Guaporé, servirá de apoio ao Programa de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil-Polonoeste.

No projeto há um capítulo que prevê o respeito às terras indígenas e segundo o diretor do Departamento Geral de Planejamento Comunitário da Funai, coronel Ivan Zanoni, as áreas dos índios nambiquaras estão em fase de demarcação. A Funai não informa se esta demarcação foi baseada nos estudos antropológicos que sugerem a criação de reservas para os subgrupos mamaendê, waitesu e ala tatesu.

Indigenistas lançam apelo

Banco Mundial poderá evitar extermínio dos índios

Dezito organizações que decidiram encaminhar ao Banco Mundial um dossiê denunciando "a alteração do traçado da rodovia BR-364", Cuiabá-Porto Velho, de forma que "deverá cortar o território dos índios Nambiquara, no Vale do Guaporé-MT, determinando seu extermínio, expediram ontem, de Brasília, um telegrama anunciando a remessa do documento, ao mesmo tempo em que o despachavam pelo Correio. A ação não foi tomada depois que, anteriormente, uma comissão representativa das organizações e dos indigenistas que a elas se somam, não teve o dossiê recebido pelo representante da Organização das Nações Unidas no Distrito Federal, embaixador Luiz Maria Ramírez-Boettner, "sob a alegação de que não representa o Banco Mundial". Parte do financiamento da estrada deverá caber ao Banco Mundial.

respeito das possíveis consequências das obras de pavimentação da rodovia BR-364 sobre as populações indígenas da área. Diz a carta que, então, "as sugestões, comentários e propostas apresentadas ao assessor do Banco Mundial partiam do pressuposto de que a pavimentação se realizaria sobre o traçado da estrada ora em utilização que passa pela Chapada dos Parecís". No entanto, posteriormente, através do "Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil, Área de Influência da Ligação Rodoviária Cuiabá-Porto Velho", as entidades indigenistas temeram embebecimento da alteração do traçado da rodovia, criando a ameaça de extermínio dos Nambiquaras.

SEM TERRA

Com uma população estimada no início do século em 10 mil índios, os Nambiquaras, hoje, são pouco mais de 500. Em decorrência da abertura do Vale do Guaporé pela BR-364, os sobreviventes desse povo vivem do uma situação cada vez mais difícil, pois estão acenados no Vale do Guaporé, diante da ocupação

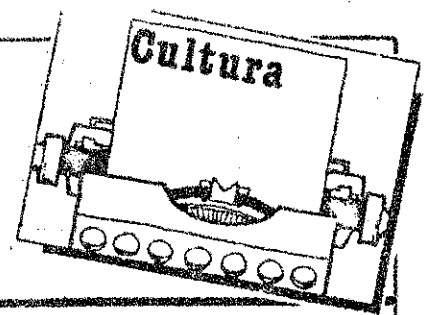
de seu território tradicional por agropecuaristas, com base em certidões negativas da presença de índios expedidas pela própria Funai. Para a implantação das áreas de pasto das fazendas, parte da mata localizada nas terras indígenas já foi derrubada, roçando a caça, a pesca e os alimentos silvestres no ponto de transformar a alimentação dos índios em um problema.

O dossiê encaminhado a MacNamara expõe, com documentação fotográfica e cartográfica, "o desastro e a ineficiência da Funai pelas medidas mínimas de proteção à saúde dos índios", e, ainda, "a posteriorização das providências que objetivem a demarcação do território Nambiquara, cedendo à pressão dos fazendeiros". Ao final, comunica ao Banco Mundial que "se está tentando viabilizar uma proposta de demarcação de reserva que assegure o mínimo do território contíguo necessário à sua sobrevivência". E manifesta que "entendemos que a melhor forma de participação desse Banco nesse processo será o de apoio à proposta contida no documento", encaminhado em anexo, "e a manutenção do traçado original da estrada".

De acordo com a carta aberta que encaminha o dossiê, enviada de visita do presidente do Banco Mundial, Robert MacNamara ao Brasil, no final do ano passado, seu assessor Robert J. Goodland consultou entidades e pessoas ligadas ao indigenismo no País a

MANICÓ

ano 2 - número 5 -
Belém, maio de 1980



Nambiquara antes do contato: a caça era, então, abundante.

Ameaçada de morte a nação dos iguais: os Nambiquara

Uma variante da BR-364, rodovia Curitiba-Porto Velho, do trecho Pentec e Lacerda a Baração Queimado, cortando o Vale do Guaporé, no Mato Grosso, ameaça de extermínio os Nambiquara. Inicialmente, ela estava sendo anunciada com um traçado que não afetaria territórios indígenas, de acordo com o Banco Mundial, financiador de sua construção. Porém, um novo traçado, prestes a ser executado, corta o Vale do Guaporé, onde os últimos Nambiquara sobrevivem à invasão de suas terras. A denúncia constitui a primeira manifestação pública da União das Nações Indígenas - Unind -, criada na primeira quinzena de abril, em Brasília, sob a liderança de índios que estudam na Capital Federal, objetivando "congregar esforços dos índios para que lutem por uma política indigenista em benefício dos próprios índios".

CONTATO E EXTERMINIO

Pouco mais de 500 remanescentes de uma população estimada entre 5 e 10 mil índios no começo do século, apesar do extermínio que o contato com a sociedade envolvente vem impondo, os Nambiquara conservam sua estrutura como sociedade tribal, organizada linguisticamente, cultural e ecologicamente. A palavra Nambiquara que designa gente significa partilhar, o sistema econômico é de igualdade entre todos e de harmonia com a natureza. A palavra que designa um cacique significa o hábil, não se admite autoridade de um homem sobre outro; os subordinados são nomeados por uma palavra que significa parceiros. Manda quem partilha mais e é mais hábil, dentro de um sistema político em que todos têm igual oportunidade de acesso ao poder.

O extermínio dos Nambiquara vem ocorrendo principalmente nos últimos 70 anos, em decorrência de um contato desordenado com a sociedade nacional. Primeiramente, suas terras foram invadidas pelos negros de um quilombo, no século XVIII, que lhes raptavam as mulheres. Depois, eles passaram a ter seus alimentos roubados pelos coletores de ervas, que assim sobreviviam nas matas. Vieram os seringueiros. Finalmente, chegaram milhares de peões e tratores, derrubando a mata para a implantação de empresas agropecuárias.

As agropecuárias entraram no Vale do Guaporé nos últimos 15 anos, aproveitando as facilidades de penetração criadas a partir de 1960, com a abertura da BR-364. Para estabelecer-se em território indígena, utilizaram certidões negativas da presença de nativos fornecidas pela própria Fundação Nacional do Índio - Funai. É no momento em que a Funai pretende conter essa nova forma de invasão os fazendeiros recorreram à Justiça, mantendo as áreas ocupadas sub-judice.

Estudos sobre o problema Nambiquara não fazem à Funai. No entanto, o sucessivo adiamento da demarcação de áreas capazes de assegurar a sobrevivência física dos indígenas faz com que o processo de extermínio dos tradicionais ocupantes do Vale do Guaporé venha sendo acentuado. Nesse sentido, os últimos acontecimentos são alarmantes. Entre eles, a pulverização de vastas áreas com "Tordon", um produto químico devastador, usado para matar todo o verde que não seja pastagem. A pulverização tem atingido hortas Nambiquara. Latas do produto, abandonadas, tem sido usadas pelos índios, inocentes quanto aos efeitos que possam sofrer pela ação dos res-

íduos. E enquanto a caça rareia e o habitat natural representado pelas matas - 85% do Vale -, campos e savanas é reduzido pela ação devastadora dos homens que chegam, a resistência Nambiquara, como sociedade em que o indivíduo se situa como igual em relação ao outro, corre o risco de não suportar a investida sobre suas terras "a conquistar" pela pata do boi. O território onde ocorre fatalmente sofrerá com a abertura de seus últimos redutos através da variante da BR-364.

O tempo é contra os Nambiquara. Estudos preliminares de uma empreiteira da variante indicam as pedras das grutas onde eles guardam a alma de seus antepassados como ideais para o cascalho necessário à construção da estrada. A destruição dessas grutas significará o fim do mundo Nambiquara. Segundo a mitologia desse povo, no dia em que elas acabarem ele acabará, também. A lógica desse povo massacrado indica que ninguém vive sem crenças, e até demonstra: o branco acredita mais no dito progresso que na vida humana, por isso pratica o etno-genocídio.

VIOLAÇÃO DA LEI

A variante financiada pelo Banco Mundial representa um atentado à Constituição e ao Estatuto do índio. Ambos garantem a inviolabilidade dos territórios indígenas. Não obstante, tudo indica que, para a Funai, na prática a teoria é outra. No último "Dia do Índio", o ministro Mário Andréazza afirmou que a Lei seria cumprida pela Funai, em consonância com as metas a serem atingidas pelo presidente João Figueiredo. Como se explica, então, a omissão da Funai no caso Nambiquara? Será que o tutor desconhece o que se passa com seus tutelados?

Indigenistas enviam carta ao BIRD

Eles denunciam ameaça de extinção do povo Nambiquara se for feita mudança no traçado Cuiabá-Porto Velho

Os indigenistas que anteontem enviaram uma carta encaminhando um dossiê ao Banco Mundial sobre a ameaça de desaparecimento do povo Nambiquara - pouco mais de 500 de uma população estimada em cerca de 10 mil índios no início do século - caso seja efetivada uma alteração no traçado da BR-364, Cuiabá-Porto Velho, cortando o território indígena onde eles sobrevivem, no Vale do Guaporé-MT, decidiram ontem manter em Brasília uma comissão representativa para acompanhar o desenvolvimento do caso. Ao mesmo tempo, divulgaram a íntegra da carta enviada ao presidente do Banco Mundial, Robert McNamara, em Washington. Um apelo em favor de que o financiamento do Banco para as obras de pavimentação da BR-364 seja com "a manutenção do traçado original" e para que a instituição apoie uma proposta de demarcação de reserva indígena "que assegure o mínimo do território contínuo necessário à sobrevivência" do povo indígena, a carta denuncia a utilização do desfolhante químico Tordon, conhecido como o "agente laranja" a

partir da guerra do Vietnã, no desmatamento do Vale do Guaporé por empresas agropecuárias, implantadas no território indígena com base em Certidões Negativas expedidas pela Fundação Nacional do Índio.

A comissão, representativa de 18 organizações, entre elas a Universidade Católica de Goiás, além do Conselho Indigenista Missionário, a Associação de Antropologia, de São Paulo e a nível nacional, revelou que o "agente laranja" já atingiu áreas de plantio dos Nambiquara, tendo suas latas utilizadas por índios.

A CARTA

Exmo. Sr.
Dr. Robert McNamara
Presidente do Banco Mundial
Washington - DC

Senhor Presidente:

Os abaixo-assinados, membros de entidades dedicadas à defesa e proteção do índio no Brasil vêm pelo presente expor a situação do povo Nambiquara ameaçado de extermínio.

Na oportunidade da visita de Vossa Excelência ao Brasil, no final do ano de 1979, entidades e pessoas ligadas ao in-

digenismo foram consultadas pelo Sr. Robert J. Goodland, assessor do Banco Mundial, a respeito das possíveis consequências das obras de pavimentação da rodovia BR - 364 sobre as populações indígenas marginais à estrada. Na mesma ocasião, acreditávamos que estivesse sendo concluído o "Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil - Área de Influência da Ligação Rodoviária Cuiabá - Porto Velho" (Ministério do Interior, Ministério da Agricultura e Ministério dos Transportes - 1979).

As sugestões, comentários e propostas apresentadas ao Sr. Goodland, naquela ocasião, partiam do pressuposto de que a pavimentação se realizaria sobre o traçado da estrada ora em utilização, ou seja, passando pela Chapada das Paredeas.

Neste instante, o movimento indigenista brasileiro ao tomar conhecimento - através do "Programa Integrado de Desenvolvimento do Nordeste do Brasil - Área de Influência da Ligação Rodoviária Cuiabá - Porto Velho" - da alteração do traçado da rodovia BR - 364, que deverá cortar o território do povo Nambiquara (documento 1 com respectivo anexo e documento 2), achou por bem formular uma denúncia à presidência do Banco Mundial.

Consideram as entidades indigenistas que, caso se concretize esta mudança no traçado da rodovia BR - 364, ficará caracterizado um ato consciente e programado de genocídio.

Ocorre que o povo Nambiquara, a parir da década de 60 principalmente, vem sofrendo por parte do estado brasileiro, através de sua agência de desenvolvimento, o Ministério do Interior (Funai, Sudam, Sudecol, um processo sistemático de expropriação de seus territórios, bem como de outras ações que levarão, inexoravelmente, ao seu extermínio. Considera-se, se que contribuiram para este processo:

- A expedição, pela Funai, de certidões negativas (documentos que negam a existência de "ovos indígenas" e o seu direito ao território) que autorizaram empresas particulares a se beneficiarem dos incentivos fiscais do governo para implantarem seus projetos agropecuários (documentos 3, 4, 5 e 12).

- A venda ilegal de terras por parte do governo do Estado de Mato Grosso (documento 6).

- Sucessivas transferências dos grupos indígenas para áreas - nos das terras férteis (documento 5).

- Dilapidação dos bens naturais do Nambiquara através de projetos agropecuários, financiados pelo brasileiro, que se utilizam tanto

de métodos tradicionais quanto de desfolhantes químicos (documentos 7 e 8).

- Impedimento sistemático, por parte das agropecuárias, do cultivo das lavouras de subsistência dos índios (documento 9).

- O descaso e a ineficiência da Funai, pelas medidas mínimas de proteção à saúde (documento 10).

- A postergação intencional, pela Funai, das providências que objetivem a demarcação do território Nambiquara, cedendo à pressão dos fazendeiros (documentos 9 e 11).

A relação acima comprova que tanto o Estado como o empresariado brasileiro vêm agindo contrariamente aos direitos do povo Nambiquara reconhecidos pela legislação indigenista (documento 13). Nestas circunstâncias, acreditamos que a passagem da BR - 364 dentro do território Nambiquara será o sepultamento definitivo deste povo, com a participação do Banco Mundial, exatamente no momento em que se está tentando viabilizar uma proposta de demarcação de reserva que assegure o mínimo do território contínuo necessário à sua sobrevivência. Entendemos que a melhor forma de participação desse Banco neste processo será o de apoiar a proposta contida no documento, em anexo, nº 13 e a manutenção do traçado original da estrada.

Esta alternativa, que ora apresentamos, nos parece a única que atende aos interesses e direitos do povo Nambiquara. Caso contrário, a execução do programa proposto pelos Ministérios do Interior, da Agricultura e dos Transportes com o apoio e financiamento do Banco Mundial será, repetimos, um ato genocida consciente e programado.

O APOIO

A carta é subscrita, ainda, pela Associação Nacional de Apoio ao Índio, Movimento de Defesa da Amazônia, Secretariado Nacional do Cimi, todos do Distrito Federal; Centro de Trabalho Indigenista, Comissão Pró-Parque Yanomami, Centro de Estudos Sociais Indígenas, Centro de Documentação e Pesquisas Indígenas, Associação dos Engenheiros Agrônomos de São Paulo, Comissão Pró-Índio - SP, Cimi de Mato Grosso, Goiás e Itacatiara - AM, e Serviço de Voluntários Austríacos - OED, entidade internacional, assim como a Operação Anchieta, desenvolvida por missionários de origem italiana.

O Globo, Rio de Janeiro, 05/06/90

Cuiabá-Porto Velho não será alterada

BRASILIA (O GLOBO) — O ministro interino dos Transportes, Marcelo Ferrupato, afirmou ontem que o traçado da rodovia Cuiabá-Porto Velho não será alterado porque "ao contrário do que afirmou o documento enviado ao Banco Mundial por 16 entidades dedicadas à defesa do índio, a estrada não atinge a Reserva Indígena dos Nambiquara".

Segundo ele, o memorial enviado pelos indigenistas não prejudicará as negociações com o Banco Mundial, já praticamente definidas, uma vez que o traçado foi aprovado pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

O engenheiro Jair Lage, assessor do ministro dos Transportes, Euzébio Resende, afirmou que a mudança do traçado da rodovia ocorreu porque a estrada antiga cortava a região de solo desfavorável a sua construção, além de ficar distante da zona de produção agrícola, o que acarretaria gastos em estradas vicinais.

O ESTADO DE SÃO PAULO 05/06/90

O traçado de rodovia não muda

Da sucursal de
BRASILIA

O Ministério dos Transportes não mudará o traçado da rodovia Cuiabá-Porto Velho por causa do memorial enviado por indigenistas ao Banco Mundial denunciando que a BR-364 ameaça os índios nambiquaras, segundo informou ontem o secretário-geral interino do ministério, Marcelo Ferrupato. Isso porque a rodovia — cuja pavimentação será financiada pelo Banco Mundial — não corta nenhuma reserva indígena demarcada ou aprovada.

Ele afirmou, ainda, que o memorial não irá prejudicar as negociações do Ministério dos Transportes com o Banco Mundial. É provável que o Brd segundo Ferrupato, volte a discutir o assunto com o ministério, que novamente provará que a estrada não prejudica reservas indígenas.

Entretanto, o Ministério dos Transportes, de acordo com explicações de Jair Lage, assessor do ministro, tem conhecimento de estudos de técnicos da Funai, posteriores ao projeto da rodovia, segundo os quais há previsão de ser instalada uma reserva na rodovia, na base 0, a 54 quilômetros de Barracão Queimado, para colocar 22 índios. Essa reserva, no entanto, ainda não conta com aprovação oficial da Funai.

Jair Lage explicou que o projeto inicial da Cuiabá-Porto Velho abrange uma extensão de 245 quilômetros, por cima da Chapada dos Parecis, região quase sem atividade

econômica. Em 1979, o Ministério dos Transportes, resolveu fazer um novo traçado em substituição a esse trecho, entre Pontes e Lacerda e Barracão Queimado, numa extensão de 205 quilômetros, região que abrange uma faixa de pelo menos 50 fazendas produtivas.

Ele explicou, ainda, que as reservas estão situadas em áreas que servem apenas à pastagem.

Os sete indigenistas que pediram demissão da Funai na segunda-feira acusaram o presidente da fundação, coronel Nobre da Veiga, de ter comprado um carro para a representação da Funai que, na realidade, serve para levar a filha dele ao colégio, no Rio de Janeiro. Eles também acusam o presidente da Funai de ter firmado um convênio com a firma C.R. Almeida S.A. Engenharia e Construção para a venda de areia da área indígena Guajajara, em Pindaré, Maranhão, ao preço de Cr\$ 100,00 a carga de cinco metros cúbicos. O preço mínimo na região é de Cr\$ 450,00.

Claudio Romero, Osvaldo Cid Nunes, Odenir Pinto, Martha Maria, Ronaldo de Oliveira, Fernando Schiavim e Francisco de Campos não aceitam as acusações de "indisciplinados, desordeiros e agitadores", feitas ontem pelo ministro Mário Andreazza, de Interior: "O ministro ou desconhece a real situação dos índios ou está sendo conveniente com a atitude antiindigenista que a nova diretoria da Funai quer impor a todo custo", disseram.

Tribo nhambiquara vive na indigência

BRASÍLIA (Sucursal) — A tribo Nhambiquara, estudada pelo antropólogo Levy Strauss no livro "Tristes Trópicos", encontra-se em situação de abandono e indigência, segundo admitiu ontem o presidente da Funai, coronel Nobre da Veiga.

"Vamos aumentar a assistência para recuperar esses índios do estado lamentável em que se encontram — afirmou — e capacitá-los para produzir alguma coisa dentro da nossa filosofia de integração à comunidade nacional."

A declaração foi feita no Ministério da Justiça, onde o coronel Nobre da Veiga foi recebido em audiência pelo titular da Pasta, Ibrahim Abi Aekel. O encontro foi reservado e nem o ministério nem o presidente da Funai deram informações sobre os temas tratados.

Presidente da Funai diz que sabe quem mata índios, mas não pode fazer nada

Brasília — O presidente da Fundação Nacional do Índio, Coronel Nobre da Veiga, lançou ontem um apelo à comunidade envolvente de reservas indígenas para "evitar esta criminalidade que tem acontecido ultimamente e que já eliminou perto de três dezenas de índios". Embora conheça "nome e endereço" dos principais envolvidos, disse que nada pode fazer porque a questão está na esfera policial.

Seu apelo é um complemento à exposição de motivos assinada ontem pelo Presidente Figueiredo disciplinando procedimentos entre os Ministérios do Interior, da Agricultura e do Conselho de Segurança Nacional para definição e demarcação de terras indígenas.

TRATAMENTO DIFERENCIADO

O documento pede um tratamento diferenciado para os civilizados próximos às áreas indígenas de forma que, nas áreas de posse imemorial dos índios, as ações sejam conduzidas de acordo com a Constituição, sendo cabível a indenização de benfeitorias "quando demonstrada a boa fé do ocupante". Seu objetivo principal é o de dinamizar a demarcação de reservas indígenas que, pelo Estatuto do Índio, deveriam ser concluídas em 1978, por um trabalho entre a Funai, o INCRA e o Banco do Brasil.

Para o Coronel Nobre da Veiga, a conscientização de posseiros e colonos que constituem a comunidade envolvente deve se dar com todo apoio da imprensa e de entidades de defesa da causa indígena, mas ele rejeita a ideia — proposta por estas entidades — da criação de um programa radiofônico que seria intitulado **A Voz do Índio**.

O presidente da Funai voltou ontem de uma visita de inspeção a cinco reservas indígenas nhambiquaras, ao Norte da rodovia BR-364 (Cuiabá—Porto Velho) e garantiu que a tangente desta estrada que está sendo pavimentada com financiamento do BID para beneficiar projetos de colonização não prejudicará os índios porque serão ampliados os postos de atendimento no interior do vale do Guaporé.

Comprometeu-se a interceder junto aos proprietários dos projetos de colonização para que não utilizem desolhantes químicos com o "agente laranja", da Dow Chemical, que recentemente afetou estes índios de forma tal que foram distribuídas no exterior fotos comparando a situação destes índios com Biafra.

Quanto à exploração de minérios em áreas indígenas, a propósito das ricas jazidas de

urânio, tório, tungstênio e bauxita, entre outros minerais existentes no futuro parque Yanomami, na fronteira do Brasil com a Venezuela, o Coronel Nobre da Veiga assegurou que eles só serão explorados quando se esgotarem as reservas minerais afastadas de área indígena "de absoluto interesse nacional".

Informou que desde 1977 a Funai não liberou nenhuma concessão para empresas mineradoras — recentemente o Ministro das Minas e Energia, César Cals, revogou duas concessões para a área Yanomami — e há mais de 600 pedidos protocolados no órgão.

"Estou disposto a depor em qualquer hora na Comissão do Interior da Câmara, como querem os indigenistas" — disse o Coronel Nobre da Veiga, irritado com o pedido de 38 indigenistas aos parlamentares da comissão para que ele seja convocado a depor a fim de explicar os motivos pelos quais admitiu estes indigenistas. Adiantou: "Não podemos admitir anarquia, temos que dar um exemplo de boa administração".

No mesmo tom, respondeu indignado à informação de que serão levados os crimes cometidos contra as comunidades indígenas ao Tribunal Russel, que se reunira em novembro, em Haia, na Holanda. O primeiro encontro deste tribunal foi para denunciar a guerra do Vietnã.

"Só lamento que brasileiros levem para fora o que pode ser resolvido aqui. É falta de patriotismo, de civismo. A nossa participação no tribunal depende do Governo, mas acho que a Funai pode resolver seus problemas com a prata da casa. Esta proposta é uma demagogia que visa unicamente promoção pessoal", foi o que respondeu ao antropólogo Darcy Ribeiro que apresentou a proposta na última reunião da SBPC.

APRESENTAÇÃO

Aqui está a descrição do assassinio de um Povo. Por motivo de comunicação urgente saiu uma narrativa bem curta e numa linguagem de fácil entendimento. Não é nenhuma ficção. Tudo se fundamenta em documentação abundante e terrivelmente verdadeira.

O que é grave aí é que esta história é apenas uma pequena parcela da nossa História do Brasil. E são também brasileiros os envolvidos como autores do extermínio. Os fatos não são de séculos remotos. São fatos de agora. E não se trata de um caso isolado de índios Nambiquaras do Vale do Guaporé. Na realidade não há grupo indígena no País que não esteja sofrendo algum conflito grave por causa de suas terras.

A guerra de extermínio, outrora declarada em nome do direito do extinto Reino de Portugal, é a mesma guerra que hoje está destruindo os remanescentes povos indígenas do Brasil em nome do direito ao Desenvolvimento Econômico apoiado na Segurança Nacional.

E como em quase toda guerra o fim justifica os meios, nesta já foram usadas todas as armas: os cães, os laços, a Winchester 44, a metralhadora, o napalm, o arsênico, as roupas contaminadas com varíola, as pressões político-empresariais no gabinete do Ministério do Interior, o protecionismo oficial entreguista, as mentirosas certidões negativas, as transferências e deportações, a estrada e a cerca, a derrubada e o fogo, o capim e o boi, as declarações oficiais e os oficiais desmentidos, os expurgos e as nomeações no Órgão tutelar, os decretos de direito e suas anulações de fato, Numa palavra: a impostura.

IN CARELLI, Vincent e SEVERIANO, Milton

1980- Mano branca contra o povo cinza - Vamos matar este índio ? São Paulo, Brasil Debates.

Em toda guerra, depois de um tempo de total desinformação e confusão, chega a hora da clareza e da verdade. Esta hora já está chegando para nós. Por isso é necessário a comunicação rápida como a que está tentando esta brochura.

Neste sentido eu chamo a atenção do leitor para a linha divisória que se torna bem visível neste conflito de extermínio de ontem e de hoje. De um lado estão as grandes Empresas nacionais e multinacionais apoiadas num governo elitista e classista e do outro lado estão os índios e os seus novos aliados cada vez mais numerosos aqui no Brasil como no resto do mundo.

Não há meio termo. E a meu ver o que está em jogo não é simplesmente a sobrevivência de alguns milhares de índios, mas o próprio espaço de vida humana, de dignidade, de amor e de verdade.

A salvação de grupos indígenas como este povo Nambiquara tem o valor de símbolo com relação ao futuro de nossa Humanidade. Ou recuperaremos um lugar de liberdade para um viver pluralista, ou seremos todos subjugados como escravos do único Deus-Bezerro-de-Ouro.

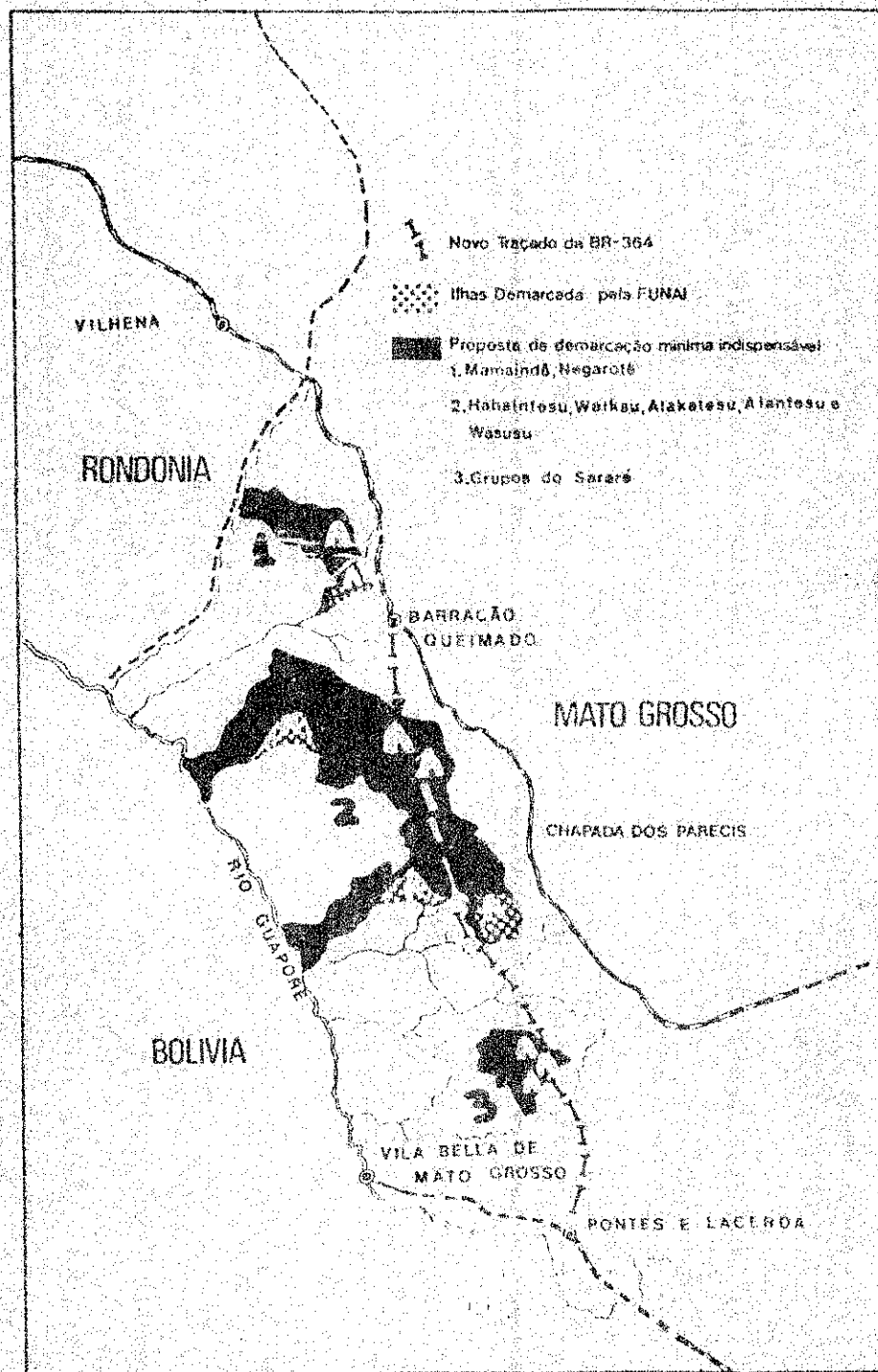
Se perdermos esta guerra então se cumprirá a profecia do povo de Etreka:

"Se a mão branca profanar a morada dos espíritos, acabará o mundo".

Não é só o mundo Nambiquara, com certeza.

Goiás, 1.º de junho de 1980

Dom Tomás Balduino
Bispo de Goiás



IN CARELLI, Vincent e SEVERIANO, Milton

1930- Jão branco contra o povo cinza- vamos matar este índio?
São Paulo, Brasil Debates.